

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO

TOMADA DE PREÇOS 01/19

Às 08h30minh, do dia 01/03/2019, nas dependências da Prefeitura Municipal de Candelária, reuniu-se a Comissão de Licitação, designada pela Portaria Nº 983/18 de 12/12/2018 do Senhor Prefeito Municipal, composta pelos seguintes membros:

CARLA DENISE STEINHAUS	PRESIDENTE
ELAINE SUELI ECKEL	Membro
CLEBER VARGAS MACHADO	Membro
TALES LUIZ HEINZE MACHADO	Suplente
MARCIANA TELMA HOPPE	Suplente
CESAR WEISS	Suplente

Atuaram nesta reunião a presidente CARLA DENISE STEINHAUS e os membros ELAINE SUELI ECKEL e CLEBER VARGAS MACHADO, para proceder ao julgamento dos recursos interpostos pelas empresas BORGATI SOLUÇÕES EM ENGENHARIA S/S LTDA contra sua inabilitação e da empresa C.F.V. OBRAS PÚBLICAS LTDA, contra a habilitação das empresas CESAR LUIS STUMM & CIA LTDA e CONSTRUTORA RS SOBRADINHO LTDA, conforme ata da comissão de licitações do dia 12/02/2019.

Analísado as razões dos recursos, contrarrazões das empresas CESAR LUIS STUMM & CIA LTDA e CONSTRUTORA RS SOBRADINHO LTDA e, parecer técnico do setor de engenharia do Município, conclui-se conforme o que segue:

Na peça recursal, a recorrente BORGATI SOLUÇÕES EM ENGENHARIA S/S LTDA alega que o objeto da licitação TOMADA DE PREÇOS nº 01/2019 é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETOS DE CONCRETO DA RUA GENERAL SAMPAIO E RUA CARLOS GOMES – TRECHO 01,



sendo assim, o atestado de capacidade técnico-profissional apresentado para o certame é válido, uma vez que, contempla a execução de pavimento do tipo intertravado.

De acordo com o parecer técnico, fornecido pelo setor de engenharia do Município o atestado de capacidade técnico-profissional apresentado pela recorrente BORGATI SOLUÇÕES EM ENGENHARIA S/S LTDA, muito embora apresente a execução de 200m² de pavimento intertravado, não contempla **drenagem de canalização de água pluvial**, serviço este a ser executado nas obras das ruas citadas no objeto da licitação, sendo essencial para atestar a capacidade técnica da empresa.

A recorrente C.F.V. OBRAS PÚBLICAS LTDA aponta em seu recurso, que a empresa CESAR LUIS STUMM & CIA LTDA não cumpriu integralmente o item 3.1.5 alínea 'd' onde é exigido Atestado de Visita assinado pelo responsável técnico da empresa proponente, uma vez que apresentou o documento sem a devida assinatura do responsável técnico. A recorrente expõe também, que a licitante CONSTRUTORA RS SOBRADINHO LTDA possui divergência em seu Capital Social, ou seja, o valor do Capital Social apresentado no CREA/RS não corresponde ao valor apresentado na última alteração do Contrato Social, invalidando assim o documento apresentado.

Em contrarrazões, a empresa CESAR LUIS STUMM & CIA LTDA afirma que o documento ora questionado, se foi emitido pelo responsável técnico do Município, por obvio foi na presença do responsável técnico da empresa, o que perde razão no sentido de inabilitar a empresa por falta tão somente da assinatura. Cita inclusive entendimento no âmbito do STJ: “rigorismo formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, do tipo menor preço, na qual a existência de interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa” (Resp nº 797/MT, rel. Min. Denise Arruda, 1ª Turma, DJ 07.11.2006).



Em contrarrazões, a empresa CONSTRUTORA RS SOBRADINHO LTDA afirma que a certidão apresentada está válida e, sua validade está diretamente relacionada na aos débitos, responsáveis técnicos e prestação de serviços. Sendo assim, o valor do aumento de Capital Social devidamente integralizado e que seguiu os tramites exigidos pela legislação contábil e tributária, não é razão para invalidar a referida certidão, uma vez que a mesma apresenta validade até 31/03/2019.

De acordo com o TJ-MT - Agravo de Instrumento: AI 0101540-60.2013.8.11.0000 101540/2013, o relator DES. JOSE ZUQUIM NOGUEIRA diz: “deve-se avaliar o real objetivo da certidão do CREA que, em verdade, serve para identificar os responsáveis técnicos das empresas licitantes e a comprovação de que as mesmas possuem registro na entidade profissional competente, ou seja, de que estão cadastradas no referido Conselho.”

Segundo Marçal Justen Filho, o formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes. Mesmo vícios formais – de existência irrefutável – podem ser superados quando não importarem prejuízos ao interesse coletivo ou aos interesses dos demais licitantes. Não se configura lesão ao interesse de outro licitante restrito apenas à questão de ser derrotado.

A orientação do Superior Tribunal de Justiça é de que “as regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa.” (Mandado de Segurança 5.606-DF).

Isto posto, em conformidade com o parecer do setor de engenharia do Município, a comissão mantém a decisão constante na ata datada de 12/02/2019, devendo os recursos interposto pelas empresas BORGATI SOLUÇÕES EM ENGENHARIA S/S LTDA



C.F.V. OBRAS PÚBLICAS LTDA serem **INDEFERIDOS**. Ao Senhor Prefeito para decisão final.

A abertura das propostas fica marcada para o dia 07/03/2019, às 9hs. Nada mais havendo a tratar, após lida e aprovada, será assinada e encerrada a presente ata, que está sendo postada no site oficial do Município de Candelária na data de hoje.

